Associação Cruz Verde

CNPJ 60.762.846/0001-90

Demonstrações Financeiras - Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 - (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota Explicativa	2016	2015
Circulante		**6.589**	**6.933**
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.853	5.892
Convênios a receber	5	766	818
Estoques de almoxarifado	6	816	132
Outros ativos circulantes		154	91
Não circulante		**13.068**	**11.259**
Depósitos judiciais		28	-
Outros ativos não circulantes		1.236	-
Investimentos	7	138	193
Imobilizado	7	11.666	11.066
Total ativo		**19.657**	**18.192**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2016	2015
Circulante		**2.833**	**1.83**
Fornecedores		148	168
Empréstimos e financiamentos	8	449	-
Obrigações e encargos sociais	9	657	606
Provisões e encargos sociais	10	1.032	846
Obrigações tributárias		107	80
Receitas antecipadas	11	206	6
Parcelamento de tributos	12	76	75
Outros passivos circulantes		158	51
Não circulante		**12.222**	**11.699**
Receitas antecipadas	11	11.889	11.376
Parcelamento de tributos	12	148	188
Provisão para contingências	13	185	135
Patrimônio líquido		**4.602**	**4.661**
Patrimônio social	14.a	3.253	4.009
Reserva de reavaliação	14.b	1.258	1.408
Superávit (déficit) acumulado		91	(756)
Total passivo e do patrimônio líquido		**19.657**	**18.192**

As notas explicativas da Adminsitração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findos em 31/12/2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Patrimônio Social	Reserva de reavaliação	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldo em 31/12/2014		**3.190**	**1.559**	**819**	**5.568**
Transf.erência para patrimônio social		819	-	(819)	-
(Déficit) do exercício		-	-	(907)	(907)
Realização da reserva de reavaliação		-	(151)	151	-
Saldo em 31/12/2015		**4.009**	**1.408**	**(756)**	**4.661**
Transferência para patrimônio social		(756)	-	756	-
Realização da reserva de reavaliação		-	(150)	150	-
(Déficit) do exercício		-	-	(59)	(59)
Saldo em 31/12/2016		**3.253**	**1.258**	**91**	**4.60**

As notas explicativas da Adminsitração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercício findos em 31/12/2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
(Déficit) do exercício	(59)	(907)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(59)**	**(907)**

As notas explicativas da Adminsitração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado Exercício findos em 31/12/2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Receitas	Nota Explicativa	2016	2015
Receita com atividades de saúde	15	10.903	9.268
Receita de doações	15	3.683	3.759
Receita com voluntariado	16.1	308	444
Receita com gratuidade em atividade de saúde	16.2	591	522
Receita com gratuidade em assistência social		19	30
		15.504	**14.023**
Custos com atividades de saúde			
Com pessoal	17	(10.159)	(9.317)
Com uso, consumo e manutenção	17	(3.117)	(2.884)
Com depreciação		(280)	(245)
		(13.556)	**(12.446)**
Resultado bruto		**1.948**	**1.577**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	18	(1.632)	(1.689)
Despesas administrativas	19	(400)	(368)
Despesas com voluntariados	16.1	(308)	(444)
Despesas com gratuidades em atividades de saúde	16.2	(591)	(522)
Despesas com gratuidades em assistência social		(19)	(30)
Despesas com assistência social		(73)	(113)
Depreciação		(25)	(23)
Despesas tributárias	20	(102)	(9)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	1.269	570
Receitas financeiras		32	195
Despesas financeiras		(158)	(51)
		(2.007)	**(2.484)**
(Déficit) do exercício		(59)	(907)

As notas explicativas da Adminsitração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findos em 31/12/2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Superávit (déficit) do exercício ajustado	296	(730)
(Déficit) do exercício	(59)	(907)
Ajustes		
Depreciação	305	268
Provisão para contingência	50	(91)
(Aumento)/diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	**(1.959)**	**313**
Contas a receber	52	296
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.299)	16
Estoques	(684)	1
Depósitos judiciais	(28)	-
Aumento nos subgrupos do passivos operacionais	**1.025**	**4.433**
Fornecedores	(20)	(32)
Outros passivos circulantes	107	9
Obrigações sociais e trabalhistas	237	187
Obrigações tributárias	(12)	(132)
Receitas antecipadas	713	4.401
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(638)**	**4.016**
Baixas (adições) em Investimento e imobilizado	(850)	(287)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(850)**	**(287)**
Empréstimos e financiamentos	449	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**449**	**-**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(1.039)**	**3.729**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.892	2.163
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.853	5.892
Redução do caixa e equival. de caixa	**(1.039)**	**3.729**

As notas explicativas da Adminsitração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Associação Cruz Verde é uma instituição filantrópica de assistência social na Área da Saúde, considerada de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal que tem como objetivo a assistência ao paciente com paralisia cerebral grave. A assistência é prestada por meio de uma equipe multiprofissional especializada e conta com equipamentos e instalações especiais adequados ao paciente. Mantém um hospital com 204 leitos 100% conveniados com SUS. Suas fontes de recursos são: convênio com o Sistema Único de Saúde, contribuições de associados, donativos de pessoas físicas e jurídicas, promoções sociais e campanhas. Em caso de dissolução e extinção da Associação, os bens que formarem o patrimônio líquido serão necessariamente destinados a uma ou mais instituições de caridade com sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo, que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis Base para elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409, de 21/9/2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159, de 13/2/2009, revogando as Resoluções do CFC nos 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002(R1) - Entidade sem finalidade de lucros. Estas demonstrações contábeis estão sendo preparadas de acordo com o ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na Nota Explicativa nº 13 - Provisão para contingências. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representadas por caixa e depósitos bancários, demonstrado ao custo e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor, avaliados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, com base no regime de competência. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. **f. Ativo circulante e não circulante:** Os ativos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. **g. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7, levando-se em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 14.b, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido. **h. Provisão para contingências:** As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos nas datas de encerramentos dos exercícios. **i. Passivo circulante:** Os passivos circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, incluem os encargos incorridos. **j. Contribuições de associados:** Os montantes relativos às contribuições dos associados são reconhecidos no momento do seu efetivo recebimento, ou seja, por regime de caixa. **k. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, ajustados ao valor presente e acrescidos dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. **l. Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação. **m. Apuração do superávit/(déficit):** As receitas são registradas pelo regime de competência, quando incorridas. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias (por exemplo, doações espontâneas de pessoas físicas ou jurídicas) são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	3	3
Banco conta movimento	5	4.501
Aplicação financeiras	4.845	1.388
	4.853	**5.892**

Os saldos de bancos na conta movimento são representados, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se à fundo de renda fixa e CDB, classificado como caixa e equivalentes de caixa por possuir liquidez imediata e pelo fato da Administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com as necessidades de caixa da Associação. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais. Composição das aplicações financeiras:

Instituição	Modalidade	2016	2015
Caixa Econômica Federal	FIC	100	-
Banco Santander	CDB	1	12
Banco do Brasil	DI	4	-
Banco Bradesco	Fundo de Invest. Financeiro	-	18
Banco do Brasil	Fundo de Invest. Financeiro	-	95
Banco do Brasil	Poupança	4.740	1.263
		4.845	**1.388**

5. Convênios a receber: O saldo de R$ 766 (R$ 818 no exercício de 2015) refere-se aos recursos prefixados a receber do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura dos serviços conveniados prestados pela Associação, conforme o Convênio nº 026/SMS.G/2013, do Processo nº 2013-0.132.612-3. Os recursos são provenientes do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, parte integrante do teto do Município de São Paulo.

	2016	2015
Convênio-Sistema Único de Saúde (SUS)	766	818
Convênio Emenda Parlamentar - Aquisição de Equipamentos	-	-
Convênio FUMCAD	-	-
	766	**818**

6. Estoques de almoxarifado

	2016	2015
Gêneros alimentícios	99	52
Medicamentos	52	33
Outros (*)	665	47
	816	**132**

(*) Compostos por materiais cirúrgicos, gráficos, escritório, limpeza e higiene pessoal. **7. Investimentos e imobilizado**

	Taxa de depreciação ao ano %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	2016	2015
Imóveis	4%	242	(108)	134	189
Ações		4	-	4	4
Total do investimento		**246**	**(108)**	**138**	**193**
Terrenos	0%	7.207	-	7.207	7.207
Edifícios e construções	2 a 4%	4.353	(1.530)	2.823	2.949
Imóveis	4%	1.235	(762)	473	524
Máquinas e equipamentos reavaliados	10% a 17%	1.908	(1.074)	834	300
Móveis, utensílios e instalações reavaliados	10% a 20%	668	(629)	39	26
Veículos reavaliados	13% a 25%	150	(115)	35	53
Hardware e software reavaliados	20% a 33%	86	(79)	7	7
Obras em andamento	0%	248	-	248	-
Total do imobilizado		**15.855**	**(4.189)**	**11.666**	**11.066**

Movimentação sumária

	2015	Adição	Baixas	Depreciação	2016
Imóveis	189	-	(42)	(13)	134
Ações	4	-	-	-	4
Total do investimento	193	-	42	(13)	138
Terrenos	7.207	-	-	-	7.207
Edifícios e construções	2.949	-	-	(128)	2.821
Imóveis	524	-	-	(49)	475
Máquinas e equipamentos reavaliados	300	616	-	(81)	835
Móveis, utensílios e Instalações reavaliados	26	25	-	(13)	38
Veículos reavaliados	53	-	-	(18)	35
Hardware e software reavaliados	7	3	-	(3)	7
Obras em andamento	-	248	-	-	248
Total do imobilizado	**11.066**	**892**	**-**	**(292)**	**11.666**

A Associação está situada à Rua Dr. Diogo de Faria, nº 695-Vila Clementino, em terreno doado pelos órgãos governamentais para uso em suas atividades de utilidade pública. A Associação reconheceu retrospectivamente no exercício de 2014, o valor do terreno doado pela Prefeitura do Municipio de São Paulo, no montante de R$ 7.207, no qual está localizada a Entidade. Em 30/12/2005, a Associação procedeu à nova reavaliação parcial de seus ativos e registrou mais-valia, a qual foi suportada por laudo de perito independente em contrapartida à conta de reserva de reavaliação pertencente ao patrimônio líquido. Os saldos existentes da reserva de reavaliação serão mantidos até a sua efetiva realização. Novas reavaliações não são mais permitidas pelas melhores práticas contábeis. **8. Empréstimos e financiamentos:** A Associação captou empréstimo em 2016, o qual em 31/12/2016, correspondia ao montante de R$ 449, com vencimento de curto prazo e taxa de remuneração de 3%.

9. Obrigações e encargos sociais

	2016	2015
Salários a pagar	500	455
FGTS a recolher	89	81
INSS a recolher	64	54
Outros encargos sociais	4	16
	657	**606**

10. Provisões e encargos sociais

	2016	2015
Férias	955	783
Encargos	77	63
	1.032	**846**

11. Receitas antecipadas

	2016	2015
Secretaria Estadual da Saúde-Convênio	343	-
Prefeitura Municipal de São Paulo-FUMCAD	6	6
Convênio FNS-Aquisição de imobilizado e Custeio	2.153	1.263
Projeto PRONAS	3.639	3.782
Doação Imobilizado-Terreno	5.690	6.259
Outras receitas antecipadas	264	72
	12.095	**11.382**
Passivo circulante	206	6
Passivo não circulante	11.889	11.376
	12.095	**11.382**

Convênio FNS/MS - Reforma/Aquisição de Imobilizado e Custeio: Conforme citado na nota explicativa 7, a Associação reconheceu o terreno recebido como doação da Prefeitura do Município de São Paulo, avaliado em R$ 7.207, consequentemente, devido ao terreno ser o local no qual está localizado o Prédio e Edificações, não poderia reconhecer receita diretamente no resultado, dessa forma a receita da doação será reconhecida na mesma proporção da vida útil estimada para o prédio situado na localidade. **12. Parcelamento de tributos:** Em dezembro de 2013, a Associação aderiu ao Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários visando equalizar e regularizar os passivos fiscais, referente à Taxa de Lixo (TRSS) do período de 2003 até 2012 por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais:

	2016	2015
Parcelamento TRSS-Taxa do Lixo	224	263
Total parcelamento	**224**	**263**
Circulante	76	75
Não circulante	148	188
	224	**263**

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2016	2015
2017	-	53
2018	66	53
2019	62	53
2020	20	29
	148	**188**

13. Provisão para contingências: A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. Em 31/12/2016 e de 2015, os riscos contingentes, conforme opiniões dos assessores jurídicos encontram-se descritos a seguir:

	2016	2015
Cível	-	46
Trabalhista	185	89
	185	**135**

As contingências trabalhistas consistem, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Associação não efetua o recolhimento da COFINS sobre outras receitas e não tem processo judicial em andamento. Os assessores jurídicos da Associação classificam como remotas as probabilidades de perda e sua Administração entende não haver necessidade de constituição de provisão dos valores. A Associação tem ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda avaliados pela Administração e seus assessores juridicos como possíveis para as quais não é requerida a constituição de provisão, conforme composição da estimativa a seguir:

	2016	2015
Trabalhista	544	242
	544	**242**

14. Patrimônio líquido: a. Patrimônio social: Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido dos superávits e déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e que são incorporados ao patrimônio social durante o exercício social seguinte, e as reavaliações patrimoniais realizadas. O saldo em 31/12/2016 foi de R$ 3.253 (R$ 4.009 em 31/12/2015). **b. Reserva de reavaliação:** A Associação efetuou reavaliação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado, no exercício de 2005. Sendo o saldo remanescente em 31/12/2016, de R$ 1.258 (R$ 1.408 em 31/12/2015). Em 30/12/2005, a Associação procedeu à nova reavaliação parcial de seus ativos imobilizados, em decorrência disso, constituiu um acréscimo na reserva de reavaliação pela mais-valia apurada em laudo de avaliação elaborado por Empresa especializada. A reserva de reavaliação é realizada contra o superávit/(déficit) acumulado na mesma proporção em que a Associação efetua a depreciação ou baixa dos ativos que a geraram, até sua extinção. Pelas melhores práticas contábeis, as novas reavaliações não são permitidas e os saldos existentes da reserva de reavaliação devem ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até ao fim do exercício social em que essa lei entrar em vigor. A Associação optou em manter a reavaliação até a sua efetiva realização.

15. Receita com atividades de saúde

Receita com atividade de saúde	2016	2015
Convênio SUS-Ministério da Saúde	9.195	9.194
Convênios-Fundo Nacional da Saúde	733	-
Convênios-Secretaria Estadual de Saúde-SES	345	-
Convênio LOAS-Ministério da Saúde	278	-
Convênio PMSP-FUMCAD	3	69
Projeto PRONAS	344	-
Outras receitas com atividades de saúde	5	5
	10.903	**9.268**
Receita com doações	2016	2015
Donativos e doações	2.016	1.748
Nota Fiscal Paulista	598	1.049
Promoções sociais	608	557
Contribuições de associados	461	405
Outras receitas com doações	-	-
	3.683	**3.759**

Convênio nº 026/SMS G/2013-Sistema Único de Saúde (SUS): A Associação reconheceu no exercício de 2016, a quantia de R$ 9.195 (R$ 9.194 em 31/12/2015), de recursos provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o Convênio nº 026/SMSG/2013, do Processo nº 2013-0.132.612-3, referente a cobertura dos serviços conveniados prestados pela Associação de tratamento de clientela, em regime de internação, para atender a demanda submetida à regulação e autorização da Central de Leitos do Complexo Regulador Municipal, para leitos especializados na atenção a pacientes crônicos com transtornos mentais e comportamentais em geral acometidos por paraplegia e tetraplegia. A Associação recebe mensalmente da Secretaria Municipal de Saúde os recursos para a cobertura dos serviços conveniados, repassados de acordo com as metas quantitativas e qualitativas estabelecidas no Plano Operativo. **Convênio com o Fundo Nacional de Saúde/MS:** No exercício de 2016, foi reconhecido a quantide R$ 733, referente a aos convênios de nº 811394/2014-812.461/2014, na (aquisição de material hospitalar) e de nº 808.068/2014 - na aquisição de (equipamentos hospitalares) com o Fundo Nacional de Saúde/MS no atendimento ao paciente com paralisia cerebral grave. **Convênio com a Secretaria Estadual de Saúde - SES:** No exercício de 2016 foi reconhecido a quantia de R$ 345, referente ao Convênio de nº 094/2016 (Compra de Dieta Enteral) realizado com a Secretaria Estadual de Saúde/SES. **FUMCAD:** No exercício de 2016, foi reconhecido a quantia de R$ 3 (R$ 69 no exercício de 2015), de recursos provenientes do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo (FUMCAD) que, de acordo com a Lei nº 8.069/90, as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real podem direcionar até 1% do Imposto de Renda devido para projetos sociais aprovados pelo FUMCAD e para as pessoas físicas de até 6%. **PRONAS:** No exercício de 2016 foi reconhecido a quantia de R$ 344 referente ao Projetos aprovados junto ao Pronas/PCD na modalidade "Assistência ao Paciente com Paralisia Cerebral" e "Capacitação" com cursos voltados ao aprimoramento de funcionários da Associação Cruz Verde. **16. Gratuidades e trabalhos voluntários de terceiros:** Conforme determinado pela ITG 2002(R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação Cruz Verde identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante os exercícios. O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos e, também as gratuidades por atendimentos na área da saúde sem contra-prestação pelo atendimento, está assim sumarizado:

16.1 - Gratuidades por serviços voluntários de terceiros

	2016	2015
Administração e conselhos	103	96
Assessores jurídicos	132	112
Serviços prestados por pessoas jurídicas	37	35
Trabalhos voluntário-Serviços hospitalares	36	201
	308	**444**

16.2 - Gratuidade em atividade de saúde (atendimento ambulatorial)

	2016	2015
Fisioterapia	304	261
Fonoaudiologia	130	130
Terapiaocupacional	105	94
Psicologia	-	3
Odontologia	52	34
Total	**591**	**522**

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, como receita e despesa operacional na demonstração do superávit, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

17. Custo com atividades de saúde

Com pessoal	2016	2015
Salários	(6.226)	(5.670)
13º salário	(641)	(583)
Férias	(857)	(795)
Adicionais	(642)	(588)
Horas extras	(19)	(33)
Indenizações	(198)	(198)
Fundo de garantia por tempo de serviço	(678)	(623)
Cesta básica	(311)	(313)
Vale-transporte	(470)	(429)
Outras despesas com pessoal	(117)	(85)
	(10.159)	**(9.317)**
Com uso, consumo e manutenção	2016	2015
Genêros alimentícios	(368)	(371)
Manutenção e conservação	(64)	(63)
Material de limpeza e descartáveis	(260)	(246)
Gases medicinais	(273)	(331)
Medicamentos e drogas	(415)	(352)
Água e esgoto	(289)	(231)
Gás	(280)	(275)
Energia elétrica	(105)	(109)
Material hospitalar	(258)	(231)
Serviços prestados por terceiros	(139)	(54)
Material de costura e rouparia	(15)	(17)
Dietas enterais	(442)	(438)
Outros	(209)	(166)
	(3.117)	**(2.884)**

18. Despesas operacionais com pessoal

	2016	2015
Salários	(1.088)	(1.073)
13º salário	(102)	(104)
Férias	(140)	(149)
Fundo de garantia por tempo de serviço	(112)	(134)
Horas extras	(32)	(33)
Adicionais	(24)	(35)
Indenizações	(2)	(16)
Programa de Integração Social	(13)	(14)
Cesta básica	(30)	(33)
Vale-transporte	(41)	(39)
Outras despesas com pessoal	(48)	(59)
	(1.632)	**(1.689)**

19. Despesas operacionais administrativas

	2016	2015
Serviços de terceiros	(253)	(236)
Material de uso e consumo	(38)	(35)
Despesas com publicações e marketing	(24)	(29)
Telefone	(1)	(2)
Água e esgoto	(19)	(15)
Energia elétrica	(7)	(7)
Despesas com condôminios	(18)	(14)
Outras despesas	(40)	(30)
	(400)	**(368)**

20. Despesas tributárias

	2016	2015
Reversão de Parcelamento TRSS	12	355
Parcelamento TRSS-Taxa do Lixo	(58)	(209)
Acréscimos legais TRSS-Taxa do Lixo	(43)	(132)
Impostos-taxas e custas	(11)	(20)
Outros impostos	(2)	(3)
	(102)	**(9)**

21. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2016	2015
Venda de ativo imobilizado	683	-
Receita de reversão de contingências	90	240
Aluguéis recebidos	185	236
Eventos Cruz Verde	327	101
Festa Cruz Verde	96	68
Outras receitas	72	76
Outras receitas operacionais	1.453	721
Despesas com processos trabalhistas	(184)	(150)
Outras despesas	-	(1)
Outras despesas operacionais	(184)	(151)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.269	570

22. Imunidade tributária

	Número de atendimentos Não auditado	% Não auditado
Convênio com o SUS *	73.287	87,11
Ambulat. não SUS-Gratuitos	10.845	12,89
	84.132	**100,00**

* Convênio SUS - Internações - 100% das internações são destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS. Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101, de 27/11/2009 - Lei nº 12.868, de 15/10/2013, regulamentada pelo pelo Decreto nº 8.242, de 23/5/2014, a Associação para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, deve ofertar a prestação de seus serviços ao SUS (Sistema Único de Saúde) no percentual mínimo de 60%. A Associação possui imunidade das contribuições sociais usufruídas. Também possui imunidade fiscal para o ISS (Imposto sobre serviços), a qual fora requerida sob o processo n° 2016-000195/CP01, que estão sendo usufruídas. **23. Instrumentos financeiros e derivativos: Instrumentos financeiros:** As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício de 2016, a Associação não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. **24. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2016 a Associação Cruz Verde possuía cobertura de seguros por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. **25. Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social (CEBAS):** A Associação Cruz Verde protocolou em 15 de junho de 2015, com o CNAS a documentação para a renovação de seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social-Processo nº 25.000.088933/2015-36-Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para os próximos exercícios. A renovação tem validade pelo período de 1°/1/2016 a 31/12/2018. O deferimento da renovação do Certificado foi publicado na Portaria n° 1.504, de 26/10/2016.

Flavio Antonio Padovan Filho - Presidente | **Carlos Eduardo Poli Sisti - Diretor Tesoureiro** | **Roberto Leal de Oliveira - CRC 1SP196659/0-7**

Parecer do Conselho Fiscal: De acordo com os Estatutos Sociais, a Diretoria da Associação Cruz Verde, apresentou-nos para exame os documentos prescritos em lei, correspondendo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais estavam consubstanciados no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das contas de despesas e receitas, devidamente escrituradas nos livros contábeis com a documentação justificativa. Após procedermos as verificações e exames dos relatórios de auditoria realizada pela BDO RCS Auditores Independentes, somos da opinião que o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Contas de Despesas e Receitas demonstram fielmente a situação da entidade, merecendo portanto a aprovação geral. São Paulo, 28 de março de 2017.

Fabiana Brayn • Reinaldo Finocchiaro Filho • Sebastião Manoel Pesco

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ao **Conselho da administração da Associação Cruz Verde -** São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Cruz Verde ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Cruz Verde em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. •Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5